



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Pragmatismo em três atos rumo a 2022

A Secretaria de Governo entregue aos políticos, com Flávia Arruda; no Itamaraty, a ascensão de um diplomata menos ligado à ideologia bolsonarista; e, de quebra, Anderson Torres na Justiça, um amigo dos filhos do presidente, com troca de comando na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal. É uma guinada no governo que, a partir de agora, começa a se preparar para a reeleição.

A ministra da "transição"

É assim que muitos tratam da chegada de Flávia Arruda à Secretaria de Governo, até então ocupada apenas por militares na gestão de Jair Bolsonaro. Primeiro, o general Santos Cruz, depois, o general Luiz Eduardo Ramos. Agora, o cargo voltou às mãos dos civis. Por isso, avaliam os políticos, Flávia não pode falhar. Ela trabalhará em parceria com o ministro da Comunicação, Fábio Faria, com quem o presidente mais tem se aconselhado e a quem mais tem escutado nos últimos tempos.

Agora vai

Com o pagamento do auxílio emergencial, o governo espera melhorar os índices de popularidade de Bolsonaro. A avaliação é de que se a comunicação conseguir explicar que, diante do Orçamento apertado, não dava para pagar mais, a população entenderá, ainda que o valor não chegue à metade dos R\$ 600 concedidos no ano passado.

O limite de Paulo Guedes

Ao dizer que "faltou coordenação" na área de orçamento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, bate de frente com três pessoas que trataram diretamente desse tema: o relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC), bolsonarista de primeira hora; a ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento guindada ao cargo de ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). A avaliação de muitos dentro do governo é a de que Guedes se coloca contrário a um corte menor para montar um discurso de saída do governo. Algo na linha "fiz tudo o que podia, mas o Centrão não deixou". Pode até não ser essa a intenção do ministro, mas é a imagem que ele está passando aos políticos.



Onde pega

Os filhos do presidente, porém, avisam amigos de Bolsonaro, precisam parar de ficar desfilando como milionários. A compra da mansão de quase R\$ 7 milhões por Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) é considerada por muitos políticos, inclusive por aliados do governo, um problema, especialmente nesse período de pandemia. Se colar em Bolsonaro a imagem de que seus filhos estão "enricando" enquanto o povo passa fome, vai ser difícil fazer com que essa versão se dissipe em 2022 — embora, digam os aliados, o presidente não tenha participação nesses negócios.

Por falar em filhos...

A troca na direção da PF não indica que haverá "alívio" nas investigações envolvendo os filhos do presidente. Naquela corporação, reza a tradição que quem tem amor à carreira não entra na investigação alheia. E se nenhum filho do presidente fez nada de errado, "a verdade vos libertará das perseguições", dizem os policiais federais.

O mais incomodado I/ Na posse dos novos ministros, o troféu de mais inconformado coube ao ex-chanceler Ernesto Araújo (foto), que já recebeu da senadora Kátia Abreu (PDT-TO) o apelido de "ex-Ernesto". A gestão dele era considerada tão ruim que, na visão da senadora, até o nome Ernesto perdeu.

Evaristo Sá/AFP - 24/2/21



O mais incomodado II/ Ernesto queria discursar em sua despedida para reforçar que havia saído por pressões políticas. Afinal, dos ex-ministros presentes, era o único que ainda não tinha um lugar ao sol — e dificilmente terá no curto prazo. É que uma indicação a qualquer embaixada dependerá de aprovação do Senado, onde o "ex-Ernesto" não fez aliados nem angariou simpatias.

Que sirva de lição/ A ideia do senador Flávio Bolsonaro de registrar boletim de ocorrência contra o deputado Ivan Valente (PSol-SP) é ver se consegue evitar com que outros parlamentares engrossem o coro em favor da investigação sobre o empréstimo para compra da mansão. O senador está rouco de tanto dizer que o negócio foi "redondinho", "todo regular" e "dentro da lei".

Em nome das filhas/ Maria Luísa e Maria Clara, filhas da ministra Flávia Arruda, foram destaque, ontem, no Planalto ao participar da posse da mãe, uma das primeiras solenidades que procurou respeitar, pelo menos em parte, as recomendações sanitárias dos tempos de pandemia. Muito diferente das posses de João Roma e de Onyx Lorenzoni, em fevereiro, quando a aglomeração foi grande.

Por falar em ministra.../ A relatoria do projeto da compra de vacinas pela iniciativa privada foi entregue à deputada Celina Leão (Progressistas-DF) como forma de compensar o fato de o presidente não criar o Ministério dos Esportes e de ter nomeado Flávia Arruda para a Secretaria de Governo. Durante a campanha de Arthur Lira, Celina era citada pelas colegas da bancada feminina como "ministra". Não conseguiu e, agora, com dois ministros do Distrito Federal (Flávia e Anderson Torres, da Justiça), é que vai ficar difícil ela emplacar no primeiro escalão.

Ainda em fase de consulta pública, projeto de lei pretende estabelecer a data de 8 de outubro para a conscientização sobre os riscos da interrupção da gestação. Deputadas criticam proposta, afirmando que governo deveria cuidar de grávidas e puérperas durante a pandemia

PL cria polêmica sobre aborto

» SARAH TEÓFILO

O governo federal abriu uma consulta pública para um projeto de lei a fim de instituir o Dia Nacional do Nascituro e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, a ser celebrado em 8 de outubro. O PL é de autoria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado por Damares Alves, e deve ser enviado ao Congresso. No Brasil, o aborto é legalizado para casos de estupro, quando há risco de vida da mulher e se o feto for anencéfalo (sem cérebro).

nha e sabe-se lá como isso vai ser tratado", observou. Ela disse que o país vive um enorme desafio de saúde e deveria discutir condições de proteção às mulheres neste momento.

Vice-líder da oposição na Câmara, Jandira Feghali (PCdoB-RJ) também atacou a proposta. "Somos campeões no mundo em morte de mulheres grávidas e puérperas na pandemia. Estamos correndo para aprovar projetos, garantir leitos a essas mulheres, e a ministra está preocupada em levantar debate fundamentalista em um momento desses", salientou.

Já a deputada federal Sâmia Bomfim (PSol-SP) lembrou que "as mulheres são as mais prejudicadas na pandemia: estão perdendo emprego, renda, são ainda mais vítimas de violência doméstica e feminicídio".

Antropóloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas), da Universidade

Isac Nóbrega/PR



Parlamentares consideraram o projeto elaborado pelo ministério de Damares inadequado e extemporâneo

de São Paulo, Juliana Wahl afirma que a consulta pública enfatiza a ideia do aborto como um grande mal e cita possíveis problemas relativos à interrupção da gestação, como ques-

tões psicológicas, que muitas vezes são mitos. "Quando a gente fala que a maioria dos problemas que as mulheres no Brasil encontra para abortar é porque a experiência no Brasil é

tratada como uma experiência ilegal, mesmo nos casos em que ela é legal", afirmou.

A abertura de consulta pública foi publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* de ontem, com as-

sinatura do ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, junto com a minuta do projeto. As sugestões devem ser encaminhadas até 5 de maio à Casa Civil.

Caso de 2020

No ano passado, o caso de uma criança de 10 anos que foi estupro e engravidou do tio, de 33 anos, no Espírito Santo, gerou grande repercussão, com protestos contra o aborto. Mesmo sendo legalizado, o caso foi parar na Justiça do estado, que autorizou a interrupção da gestação. Ainda assim, o hospital que faria o procedimento se recusou, e a menina precisou ser levada para Recife — onde também houve protestos contra o aborto.

Na época, Damares, em entrevista ao programa *Conversa com Bial*, disse que a criança deveria ter levado a gravidez adiante e feito uma cesárea. "Mais duas semanas poderia ter sido feita uma cirurgia cesárea nessa menina, tirar a criança, colocar numa incubadora. Se sobreviver, sobreviveu. Se não, teve uma morte digna", disse.

STF decide se templos podem ficar abertos

» RENATO SOUZA

Os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) devem colocar fim, hoje, ao impasse sobre a abertura de igrejas durante a pandemia de covid-19. O plenário da Corte analisa uma ação apresentada pelo PSD, que pede a suspensão de um decreto do governador de São Paulo, João Dória, que determina o fechamento de templos no estado em razão do risco de dissemina-

ção do novo coronavírus entre os fiéis e sacerdotes. A tendência é a de que os ministros confirmem a decisão de Mendes, e dê fortes recados ao governo e entidades da sociedade civil sobre as necessidades de contenção da doença — que, de segunda-feira para ontem, matou 4.195 pessoas no país.

A decisão de Gilmar desagradou ao governo, a bancada evangélica da Câmara e algumas igrejas. No entanto, vai de encontro

com as recomendações de entidades sanitárias, cientistas e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade da Igreja Católica que, nos últimos meses, vem recomendando que os templos sigam as regras aplicadas nos estados e municípios. O despacho de Gilmar entra em choque com a decisão do ministro Kássio Nunes Marques, que, em ação protocolada pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajufe), proibiu o

fechamento das casas de culto por decisão de governadores e prefeitos.

A decisão, embora tenha ocorrido em uma solicitação para proibir o encerramento de cerimônias religiosas em Belo Horizonte, é válida para todo o país, e fez com que muitos fiéis saíssem às ruas para as missas do feriado de Páscoa. Bastidores do STF sinalizam que a decisão deve ser quase unânime em prol das medidas sanitárias e o fe-

chamento dos templos.

A avaliação é de que caso Nunes Marques peça vista, ou seja, mais tempo para analisar o caso — e que os demais integrantes do plenário adiantem os votos, em protesto, para deixar claro que a maioria da Corte reprova qualquer conduta que possa colocar a população em risco. O Tribunal vai avaliar se o direito a culto religioso pode ser suprimido em prol da saúde da coletividade, também

prevista na Constituição.

Mas, no fim da tarde de ontem, o presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, recebeu uma comitiva de parlamentares da bancada evangélica, que tentaram fazer com que o magistrado adiasse o julgamento. Eles queriam ganhar mais tempo para convencer os integrantes da Corte de que é possível abrir as igrejas e, ao mesmo tempo, se evita a disseminação do novo coronavírus.